



Vereadores decidem devolver dinheiro extra de salário

Após polêmica, parlamentares encaminham ofício à mesa Diretora da Casa solicitando estorno do acréscimo

GISELE ALBUQUERQUE

Vereadores do Rio rejeitam reajuste salarial de 61,8%, saltando de R\$ 9.288 para R\$ 15 mil. Está pensando que é notícia atrasada de 1º de abril? Não é não. É fato! A decisão gerou polêmica na última terça-feira nos corredores da Câmara e, chegou de surpresa para alguns parlamentares no contracheque de abril, retroativo a fevereiro e março e a ajuda de custo anual (espécie de 14º salário).

Andréa Gouvêa Vieira (-PSDB) e Eliomar Coelho (-PSOL) já pediram para devolver o presentão de R\$ 5.743. Eliomar solicitou inclusive o estorno do reajuste na pensão de sua ex-mulher.

"Acho que não me cabe receber um dinheiro que considero ilegal. O reajuste só deve valer para a próxima legislatura. Além disso, existe alguma categoria da sociedade que receba mais de 60% de reajuste de salário? Já enviei um ofício à Mesa Diretora da Casa solicitando o estorno do acréscimo", disse.

Já Andréa Gouvêa Vieira afirmou que considerada a decisão estapafúrdia. A parlamentar conta que soube do reajuste há 10 dias e, assim como o vereador Eliomar Coelho, encaminhou ofício à Mesa Diretora solicitando o estorno.

"Este aumento é simplesmente ilegal, imoral e antiético. Um total desres-

peito com o trabalhador. Quem desfrutar deste reajuste terá que devolvê-lo um dia", disse.

Surpreendido pelo aumento, o vereador Paulo Pinheiro (PPS) revelou que vai consultar a Procuradoria da Câmara sobre o reajuste. O parlamentar também vai devolver o dinheiro.

"A questão toda é que não há segurança jurídica neste reajuste. Não podemos votar um aumento para nós mesmo", declarou.

Paulo Pinheiro disse ainda que há cerca de três semanas os 51 vereadores foram informados de que seriam comprados veículos oficiais para a Casa e o mesmo grupo que rejeitou o aumento rejeitou os carros.

"Essa aquisição é absurda. É gasto excessivo do dinheiro público. Continuaremos usando nossos carros particulares", revelou.

Como a Lei Orgânica do Rio e a Constituição Federal determinam que os aumentos só podem ser fixados para a legislatura subsequente, a Procuradoria da Câmara Municipal se baseia na Lei Municipal 4852 de 9 de junho de 2008, que previa reajuste do salário dos vereadores desta legislatura - para 75% do valor recebido pelos deputados estaduais - assim que o aumento fosse concedido aos membros da Alerj, o que ocorreu em fevereiro.

A lei de 2008 foi interpretada por alguns como dribles à Constituição e dividiu a Casa.

Divulgação



A vereador Andréa Gouvêa considera decisão estapafúrdia

Já servidores esperam reajuste de 6%

Já as emendas da bancada de oposição, que previam um reajuste de 14,8% para o funcionalismo, como reposição de perdas que vêm desde 1999, sequer foram votadas em plenário. Os novos valores são retroativos ao primeiro dia de abril.

O projeto enviado pela Prefeitura à Câmara previa reajuste apenas para os servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas. Mas a Mesa Executiva da Casa apresentou um substitutivo, incluindo um artigo que estende o mesmo aumento ao prefeito, secretários e vereadores. O substitutivo foi aprovado.

No caso do prefeito, a medida é inócua, pois Ducci já recebe hoje o maior salário entre os prefeitos do País, R\$ 26,7 mil, equivalente ao de um ministro do Supremo Tribunal Federal, e teto do funcionalismo público brasileiro.

Já os secretários municipais tiveram aumento de

20% em maio do ano passado, de R\$ 10 mil para R\$ 12 mil mensais. Os vereadores, por sua vez, recebem hoje R\$ 9.280,00. Com o reajuste aprovado ontem, os secretários passam a ter direito a um salário de R\$ 12.780,00, e os vereadores, R\$ 9.883,20.

Segundo a oposição, o reajuste de 6,5% foi definido de forma unilateral pela Prefeitura para o funcionalismo. Os sindicatos da categoria reclamam que não houve negociação e que as pautas dos servidores foram ignoradas.

E para a bancada oposicionista, o reajuste dos vereadores, prefeito e secretários deveria ser feito em um projeto específico, de autoria do Poder Legislativo - mais especificamente da Mesa Executiva da Câmara Municipal.

Enquanto os parlamentares recebem aumento, servidores municipais aguardam ansiosos, um reajuste de 6% para junho.